

O TRABALHO DA ARGUMENTAÇÃO: DA ORDEM DA LÍNGUA PARA O FUNCIONAMENTO NO DISCURSO

Ana Zandwais

Universidade Federal do Rio Grande do Sul Brasil

Introdução

Através deste estudo buscamos estabelecer contrapontos entre diferentes formas de tratamento de questões argumentativas na linguagem. Ao principiar por uma reflexão em torno do trabalho da argumentação alicerçado essencialmente na materialidade linguística e seguindo por deslocamentos para questões de ordem enunciativa, centramos nossa abordagem na teoria de Oswald Ducrot, buscando acompanhar parte de seu percurso teórico-analítico¹. Na sequência, com base em uma leitura sobre questões que se tornam lacunares na teoria ducroteana, tendo em vista nosso objetivo de refletir acerca de questões de ordem discursiva, inscritas em acontecimentos e discursivizadas pela imprensa paralela brasileira, passamos a abordar algumas das contribuições da Análise do Discurso de vertente materialista, propondo, em última instância, delimitar possíveis categorias analíticas que configuram a materialidade do discurso, enquanto um objeto de investigação de natureza heterogênea; isto é, parcialmente linguístico e parcialmente sócio-histórico.

Relações entre língua, discurso e argumentação

Estabelecer relações entre língua, discurso e argumentação pode levar-nos a múltiplos caminhos. O ato de argumentar pode ser pensado,

¹ Não contemplamos neste estudo a teoria dos Blocos semânticos, uma vez que esta está centrada essencialmente em questões do léxico engendradas na materialidade da língua.

em primeiro lugar, como uma prática instituída pela ordem da racionalidade e oposta ao universo do sensível e configurar os domínios das emoções como espaços marginais que caracterizam a condição de fragilidade do homo sapiens e o abismo onde se cultivam as ilusões.

Esta possibilidade que negligencia o espaço da subjetividade nos levaria a uma tomada de posição essencialmente cartesiana e que subtrai a ordem do sensível da ordem da razão, dicotomizando as práticas de persuasão e de argumentação, conforme propõem alguns autores como H. Paul. Grice em “Lógica e Conversação” (1982) e Hermann Parret (1988)². Outra conseqüência desta dicotomia redundando em um distanciamento entre as condições concretas em que se produzem as práticas argumentativas e os diferentes campos do saber em que funcionam, tais como o campo jurídico, o literário, o artístico e o científico, por exemplo, e as formas através das quais as ideologias trabalham no seio das organizações sociais para tornar o trabalho da argumentação eficaz.

Uma outra possibilidade implicaria remeter-nos aos estudos desenvolvidos por Oswald Ducrot em “Dire et ne pas dire”(1972)³ e “Le Dire et Le Dit (1987)⁴ e tratarmos a argumentação como um dos atos essenciais da fala humana, considerando o fato de que, a partir das críticas tecidas por Ducrot a teorias interacionistas, a língua não pode ser mais compreendida, de modo ingênuo, como um lugar de encontro entre os indivíduos – o meio que faculta a intersubjetividade – mas precisa ser considerada como “um jogo”, ou seja, como um meio de colocar em cena as diferenças, as disputas, as correlações de força, enfim, as relações desiguais que ultrapassam as razões puramente “lógicas” e que impõem aos sujeitos as condições através das quais pode-se encontrar “saídas” para as contradições que os colocam em “cenas divididas” no teatro da existência cotidiana.

Esta concepção torna-se importante por colocar o ato de argumentar em um lugar dominante entre os demais, tendo em vista o modo

² Fazemos referência, sobretudo, a “Lógica e conversação”, em que tudo que escapa à ordem lógica precisa ser dispensado como argumento auto-sustentável e “Enunciação e Pragmática”, onde Parret aborda diferentes modalidades de atitudes proposicionais e de intervenção para conseguir a adesão do interlocutor.

³ Para fins de realização deste estudo trabalhamos com a tradução para Língua Portuguesa da Editora Cultrix, publicada em 1977.

⁴ Nosso trabalho ancorou-se na tradução brasileira publicada pela Editora Pontes em 1987.

como responde às condições sob as quais o dizer e suas razões se justificam, em virtude da complexidade de contradições engendradas em diferentes situações que requerem interpretação, tanto com base no logos, como com base nos contextos situacionais em que o próprio dizer é produzido.

Ducrot busca dar destaque à condição não transparente do trabalho dos sentidos e também descrever o seu funcionamento a partir de operadores lingüísticos tais como os adjetivos, advérbios, verbos, conjunções, etc., tomando como pano de fundo condições extralingüísticas, de modo a construir uma deontologia que permita compreender como o dizer pode ser interpretado enquanto ação que institui sua própria possibilidade de produzir determinados efeitos sobre o outro.

Pode-se afirmar, por outro lado, que na fase em que Ducrot coloca o trabalho semântico das estruturas da língua na base do funcionamento da argumentação, a fim de justificar determinados modos de articulação entre os enunciados e suas conclusões possíveis, este aproxima-se mais de uma concepção logicista e positivista de língua, já que a contradição entre os enunciados, para ser descrita em termos lógicos, necessita de operadores argumentativos que a sustentem, como nos exemplos que seguem. Se dizemos (1) Este restaurante é dispendioso não podemos articular este enunciado a, (1') vale a pena almoçar aqui, sem que coloquemos entre (1) e (1') uma conjunção como entretanto, ou uma locução conjuntiva como mesmo assim, por exemplo. O mesmo se dá com o enunciado (2) O frio é desagradável, que necessita de uma conjunção como todavia, ou como não obstante, para que se justifique a articulação com (2'), sairemos para a rua com baixas temperaturas.

Deslocando conceitos para uma dimensão enunciativa

Cabe ressaltar, por outro lado, que para fins de reelaboração de sua teoria, uma vez que esta centra-se inicialmente na materialidade da língua, Ducrot recorre à noção de polifonia, que toma da obra de Mikhail Bakhtin (2013) e de Bakhtin/Volochinov (1986) com vistas a assumir uma nova condição para o sujeito, vindo a caracterizá-lo como descentrado. Assim, em “Esboço de Uma Teoria Polifônica da Argumentação”

(1987) Ducrot contesta os paradigmas de subjetividade da Linguística do Texto e da Pragmática⁵, a fim de poder descrever o enunciado como um amálgama de vozes que comporta perspectivas ou pontos de vista distintos, articulados entre si, mas que movimentam os sentidos para lugares ou topoi que não mais precisam ser justificados semanticamente através de operadores argumentativos explícitos, conforme sua tese inicial da Teoria da Argumentação na língua (2002).

É, portanto, nesta fase em que Ducrot toma como referência os pressupostos de Bakhtin/Volochinov⁶ que ele passa a considerar a possibilidade de que um mesmo enunciado possa comportar, em seu interior, múltiplas vozes que não se assimilam umas às outras, sob uma perspectiva semântica, sendo necessário admitir que as perspectivas para as quais as relações de articulação entre os enunciados podem conduzir não se sustentam mais com base em uma enunciação única, tomada como indivisível, e nem simplesmente no trabalho de operadores marcados intralinguisticamente.

Entendendo que “todo enunciado traz consigo uma qualificação da enunciação” (1987, p. 164) que constitui o seu sentido, Ducrot trata o enunciado como uma realização *hic et nunc*, ou como um acontecimento histórico que se define pelo ato de fala que o qualifica.⁷ Pode-se afirmar, assim, que é a partir de uma concepção de enunciado tomada de Volochinov (2009) mas reformulada por Ducrot, na medida em que este aproxima seu funcionamento ao de um ato de fala, é que ele irá refletir em torno da noção de enunciado como acontecimento e de seus sentidos possíveis como efeitos.

Desde esta ótica, para Ducrot, todo enunciado é um acontecimento porque carrega uma imagem de determinada situação de enunciação. A situação de enunciação, portanto, passa a ocupar o lugar do “fiador”, de “garantia” dos sentidos a fim de assegurar determinados efeitos pro-

⁵ Reportamo-nos, sobretudo, aos fundamentos de Searle (1995), que podem ser ilustrados através de sua Teoria dos atos de fala, onde a intencionalidade do sujeito é tomada como a questão central de suas investigações.

⁶ É importante destacar o fato de que por ter trabalhado somente com a tradução francesa de “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, dos anos 1977 e não com a tradução inglesa ou a versão russa, Ducrot atribui à autoria dos estudos em torno da polifonia somente a Mikhail Bakhtin.

⁷ Segundo o autor (1987, p. 168) “a enunciação dá existência a algo que “não existia antes de se falar e que não existirá mais depois.”

duzidos pela enunciação, enquanto um ato de fala no qual se imprimem consequências.

É, pois, a partir de um jogo de confrontação de vozes distintas, em que o sujeito empírico se dilui e dá lugar à figura do enunciador, e que, à semelhança da obra teatral, coloca em cena diferentes locutores ou vozes, que se produz um discurso povoado por múltiplas vozes, por perspectivas distintas, contraditórias e que podem até mesmo não se assimilar umas às outras. Assim, entendendo que os enunciadores não representam pessoas mas pontos de vista colocados em perspectiva através de locutores, Ducrot analisa sob um prisma polifônico o funcionamento dos sentidos.

Por exemplo, um enunciado proferido por um locutor repórter como em (3) A crise econômica do Brasil está se desdobrando e terá resultados, em uma situação de recessão, pode produzir determinados efeitos.

(3') Os preços das mercadorias irão subir e será conveniente para os donos dos bens de consumo;

(3'') Os preços das mercadorias irão subir e será desfavorável para os consumidores.

O que possibilita as interpretações em torno do dito, sob esta perspectiva, não é mais apenas uma “marca” lexical ou gramatical, embora o autor assuma em *Polifonia y Argumentación* (1987)⁸ que os locutores inscrevem suas marcas de pessoa, de lugar e de tempo nos enunciados, configurando sua identidade.

São, portanto, as interpretações realizadas pelos interlocutores que determinam as conclusões para as quais o enunciado remete. E sob o prisma do descentramento do sujeito não se faz mais possível conter a interpretação. Este seria um dilema importante para Ducrot.

Pode-se dizer que é no confronto de vozes que povoam os enunciados e que se articulam de diferentes modos que Ducrot desenvolve suas reflexões em torno da complexidade do trabalho da argumentação, descartando a possibilidade de que os sentidos sejam apreendidos somente por marcas lingüísticas.

⁸ Fazemos referência a um capítulo do texto do livro “*Polifonia y Argumentación*” (1987) que resultou de conferências proferidas por Ducrot na Universidade de Calli, Colômbia.

É, pois, o modo como múltiplas vozes se articulam em um enunciado que determina, conforme propõe Ducrot (2000), que não se pode tratar dos sentidos senão como faces não perceptíveis, sob forma direta, dos argumentos às conclusões a que as palavras remetem. Desde esta perspectiva, portanto, pode-se pensar que o jogo de vozes que coloca em cena diferentes locutores também não é transparente.

Para ilustrar as questões propostas pelo autor servimo-nos do funcionamento de dois enunciados distintos a) uma construção que abriga a possibilidade de acoplamento de diferentes locutores, cujas perspectivas não se assimilam entre si em uma situação de campanha eleitoral em que dois Partidos antagônicos se enfrentam; b) uma construção que se reporta a um diálogo com investidores no campo da economia.

(4) Assim, o enunciado – ‘Não é o Partido X que engana os eleitores, vocês verão isto com a administração do Partido Y, proferido durante uma campanha eleitoral, refuta a acusação de outro Partido (É o Partido X que engana os eleitores), ainda que ela não esteja explícita no enunciado.

Este enunciado que ao mesmo tempo responde ao Partido antagonista e aos eleitores, movimenta os sentidos de outros enunciados como: ‘O Partido x ludibria os eleitores’ para uma perspectiva distinta: É o Partido y que ludibria os eleitores e não x. Deste modo, a condução dos argumentos, pelo viés da negação do dizer do outro, busca reverter a relação do Partido X com os eleitores.

Já em uma situação em que o enunciador quer convencer um investidor aventureiro a não acreditar em instituições que prometem lucros muito elevados em aplicações sem garantia do Banco Central, o enunciado: (5) Os lucros são inimagináveis e também os rendimentos de quem semeia vento, podendo resultar em grandes surpresas, remete a diferentes perspectivas.

Conforme se observa, temos aqui duas perspectivas que não se assimilam: uma que aponta para resultados além da expectativa e outra que produz um efeito de dissuadir a ação de investimento de risco a partir da inscrição, no enunciado, de um dizer cuja credibilidade se origina no senso comum, através dos ditados populares “Quem semeia vento colhe tempestade,” e, portanto, é a apropriação do dizer popular que autoriza os efeitos que o dizer do locutor produz independente de que haja

marcas enunciativas, conduzindo a conclusão para um viés negativo, associado aos riscos de perda total.

Ducrot, em “Polifonia y Argumentación” (1987, p. 24) dá destaque também ao papel que as relações anafóricas desempenham para que se possa compreender o movimento dos sentidos dos argumentos em direção a uma determinada conclusão.

A título de ilustração, trazemos um exemplo de um enunciado proferido por um marchand para seus clientes: 6) O tempo gasto e a energia dispensada para a confecção de uma escultura tornam-se incontáveis. Não há como pensar em recuperar tudo sem os resultados obtidos.

Conforme pode-se observar acima, ocorre que parece não haver uma assimilação da perspectiva do escultor a do marchand, marcadas pronominalmente na materialidade da língua, onde o pronome tudo funciona como anafórico ao fazer referência ao enunciado O tempo gasto e a energia dispensada para a confecção de uma escultura..., possibilitando remeter para as seguintes perspectivas contraditórias: a) não há compensação para o tempo e a energia gastos na produção de uma escultura: b) a compensação do tempo e da energia vêm dos resultados obtidos do trabalho.

Assim, enquanto o locutor (a) nega a possibilidade de contabilizar o esforço para a produção de uma escultura,, o locutor (b) afirma a possibilidade de contabilizar pelos resultados obtidos, remetendo para uma perspectiva pragmática sobre o valor do tempo e da energia. E eis aqui os sentidos operando como efeitos de descentramento do sujeito e das relações de contradição entre as perspectivas do escultor e do marchand.

É, pois, através de uma busca por um tratamento dos sentidos como “a contrapartida não perceptível do dizer”, conforme propõe Ducrot (2000),⁹ que ele precisa descrever o que designa como “face não perceptível dos significantes” a partir de condições extralingüísticas.

É inegável que esta teoria assume uma relevância ímpar para o tratamento de questões de argumentação, no entanto nossas questões sobre os limites da teoria se formulam com base em algumas reflexões que expomos a seguir.

⁹ Reportamo-nos à Conférence “Le Sens”, proferida em 17 de fevereiro de 2000 na Université de Tous Les Savoirs -France via viedo conferencia.

Em primeiro lugar formulamos a seguinte hipótese a partir de uma reflexão em torno das fontes em que Ducrot se ancora para construir sua Teoria Polifônica da Enunciação, ou seja, as concepções de Bakhtin/Volochinov.

O que Ducrot compreende como situação extralingüística não coincide com a dimensão materialista de contexto histórico proposta por Volochinov, já que a noção de condição extralingüística do primeiro restringe-se, em sua teoria, ao contexto situacional imediato em que um enunciado, enquanto fragmento de discurso, é proferido. Enquanto na teoria de Volochinov (2010), a concepção de acontecimento do enunciado pressupõe a colocação em cena de uma resposta ao outro, que não necessariamente está inscrito no contexto imediato de produção de um enunciado, podendo estar “abrigado” inclusive em uma dimensão histórica. Esta é uma diferença importante que necessitamos localizar na teoria de Ducrot para que possamos pensar sobre os modos como os sentidos funcionam enquanto uma “contrapartida não diretamente acessível do dizer”, conforme propõe o próprio Ducrot.

Outra questão relevante reside no fato de que ao privilegiar o trabalho de descrição dos *topoi* como lugares a partir dos quais se assume esta ou aquela perspectiva, Ducrot confina o espaço da interpretação mais à materialidade das estruturas do que aos lugares sociais empíricos a partir dos quais os sujeitos são constituídos como sujeitos dos enunciados.

Então conjecturamos. Se considerarmos que as determinações históricas evocam memórias no dizer, enquanto discursos transversos que incidem sobre o modo como os sentidos operam em função de determinadas contingências, conforme propõe Michel Pêcheux em “Semântica e Discurso” (1988), é possível propor que o trabalho dos sentidos, compreendido enquanto um movimento que se desloca, de acordo com condições externas, necessita ser repensado em relação ao modo como as condições anteriores e externas ao dito intervêm sobre as condições situacionais.

Em busca dos domínios de uma semântica materialista

Deslocando-nos, portanto, dos domínios de uma Semântica enunciativa que toma como garantia as concepções de descentramento do sujeito e o contexto conversacional imediato, para os domínios de uma Semântica materialista que também descentra o sujeito, mas submete sua condição de fragmentação tanto a determinações históricas como às contingências situacionais, faz-se mister agora explorar o trabalho da contradição para que possamos compreender o estatuto que a interpretação vem a ocupar no interior de uma concepção materialista de sujeito e de sentido. Deste modo, é através de uma relação dialética entre a descrição do trabalho das estruturas e a interpretação a partir dos lugares sociais, dos lugares de enunciação e dos acontecimentos em que são mobilizadas que se pode compreender sob outro enfoque o trabalho dos sentidos.

Para fins de desenvolvimento de nosso raciocínio tomaremos também a configuração do funcionamento da ideologia como um “arcabouço” a partir do qual as palavras recebem sentidos, remetendo para dois campos de saber: a) o campo da história, em que os sentidos podem ser explicados em relação a suas condições de produção; b) o campo das condições empíricas de uso das palavras e de estabilização dos “domínios de pensamento,” a partir das quais os sentidos cristalizam-se e os sujeitos passam a reconhecer a si e aos outros por meio de uma espécie de “consenso intersubjetivo”, onde os sentidos emergem como evidências, dissimulando o papel da história. Assim, segundo Pêcheux¹⁰, “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo “sabe” o que é um soldado, um operário, um político, um empregador, etc. É, pois, conforme propõe Michel Pêcheux (1988, p. 160), a ideologia que possibilita aos sujeitos ter “certezas” de que sabem do que falam”.

E se nos propomos a refletir sobre o funcionamento da argumentação, sob esta ótica, em suas relações com o movimento dos sentidos, é preciso colocar em destaque o fato de que não se faz mais possível compreender o movimento de passagem dos argumentos às conclusões somente a partir da consideração do trabalho semântico de estruturas já cristalizadas e do contexto imediato de produção de um enunciado.

¹⁰ Embora façamos referência a Michel Pêcheux esta questão já está posta na obra de L. Althusser (1999).

Por quê? Parece-nos que Michel Pêcheux consegue responder a questão ao afirmar que o campo das condições de uso das palavras, independente de suas relações com a história, não somente estabiliza os valores que se creditam às mesmas, mas permite também a produção de sentidos como efeitos de “consensos intersubjetivos” à parte da divisão de lugares sociais dentro dos quais se fala e de suas relações com a própria condição de fragmentação dos sujeitos.

A fim de achar um outro espaço para além deste engessamento, portanto, necessitamos tratar, de modo dialético, das relações entre os lugares sociais em que os sujeitos se inscrevem e os lugares de enunciação em que se reconhecem ou se colocam diante dos acontecimentos¹¹.

Desde esta perspectiva, podemos pensar que os sentidos, enquanto efeitos de diferentes relações, estão multiplamente sujeitos: às determinações da história que funcionam como matrizes dos sentidos; b) às determinações das contingências que afetam as relações entre os sujeitos, os lugares sociais e enunciativos que ocupam; c) às relações de possibilidades de articulação entre as palavras, as expressões que sintagmatizam as formas dos enunciados, e às relações de encaixe entre os enunciados, que funcionam como discursos transversos, intervindo no modo como se produzem os sentidos.

É através destas modalidades distintas de relações que podemos configurar as condições através das quais é possível apreender os espaços de interpretação do discurso, ou seja, a lógica estruturante de suas condições de funcionamento sob uma perspectiva materialista histórica e dialética. E desde esta ótica, é preciso concordar com o pensamento de V. I. Lênin proposto em “Que Fazer?” (1986)¹², de que não há como tratar da objetividade fora da história, nem compreender as leis objetivas do pensamento fora de suas relações de contradição. Esta questão parece crucial para nós, já que sob uma ótica positivista de reflexão sobre a língua a “objetividade” pode ser a-histórica, e, portanto, capaz de dar conta do funcionamento semântico da língua a partir somente das materialidades estruturais.

¹¹ É importante salientar que no texto “Discurso: estrutura ou acontecimento” (1990) Michel Pêcheux passa a refletir sobre o modo como os acontecimentos podem intervir sobre o funcionamento semântico das estruturas.

¹² Para fins de realização deste estudo estamos utilizando a tradução da Língua Russa para Língua Portuguesa de “O Que Fazer”, publicada em *Obras Escolhidas*, de V.I. Lenine, em 1986, pela editora Alfa-Omega.

A título de ilustração de como os sentidos trabalham simultaneamente como efeitos da história, do acontecimento e das relações de encaixe/articulação entre as estruturas da língua propomos uma análise de recortes tomados de uma matéria jornalística publicada no Jornal Online “Diário do Centro do Mundo” e intitulada “As Malas de Dinheiro São o Melhor Retrato Que os Paneleiros Deram ao Brasil” tomando como referências as condições históricas de formação dos movimentos de paneleiros na América Latina e dois acontecimentos: a) o impeachment da Presidente Dilma Rousseff; b) o flagrante de roubo dos cofres públicos por um dos membros integrantes do Movimento dos paneleiros, o deputado Geddel Vieira Lima.

Reportemo-nos, primeiramente, às condições históricas de formação dos movimentos de paneleiros em diferentes contextos sócio-políticos e geográficos.

Condições Históricas de Formação dos Movimentos dos Paneleiros na Argentina e no Brasil

A prática política de manifestações de massa na Argentina contra o neo-liberalismo e suas implicações, tais como a privatização de empresas públicas, a desregulação do mercado financeiro, a redução de participação do papel do Estado em obras sociais e assistenciais, a precarização das leis trabalhistas, o desemprego massivo e a alta inflação foi constituída, entre outras práticas populares, tais como as dos piqueteiros, montoneros¹³, e paneleiros, buscando registrar nas vias públicas, e mesmo nos subúrbios, a força dos movimentos de revolta social contra a exploração, por governos neo-liberais, dos trabalhadores, operários, aposentados e das classes economicamente mais despossuídas.

No Brasil, no entanto, o movimento dos paneleiros, enquanto apropriação de uma prática política externa visa a atender a interesses distintos. Ou seja, os interesses das classes média, média alta, dos profissionais liberais e dos governos de centro que articulados através de um movimento denominado “Brasil Livre” vão às ruas em 2015 para pedir o im-

¹³ O termo montoneros em espanhol remete à idéia de coletivos (los montones) em ação de protesto contra as políticas governamentais.

peachment da Presidente Dilma Rouseff e liquidar as forças de governabilidade dos Partidos de Centro-Esquerda e de esquerda no país.

Dentro do movimento Brasil Livre, políticos do PSDB e PMDB, sobretudo, tais como José Serra. e Geddel Vieira Lima, vão às ruas protestar, vestidos de verde-amarelo, alguns com a bandeira do Brasil, em sinal de protesto contra o regime de governo Dilma Rouseff. Deste modo, a partir das condições históricas em que se constituem os movimentos de paneleiros no Brasil, diferentemente da realidade argentina, pode-se afirmar que vai-se de um deslocamento de um ângulo em que as forças sociais populares buscam defender suas conquistas sociais (na Argentina) para um ângulo em que as forças neo liberais e as elites sociais buscam a tomada do poder de Estado e de seus aparelhos, a fim de garantir a hegemonia de seus privilégios e subordinar as forças populares aos interesses de políticas neo-liberais, cujas conseqüências redundam em algumas ações governamentais como reforma previdenciária, legalização do trabalho informal, criação de leis que incidem em perdas de direitos trabalhistas, etc..

É, portanto, a partir desta relação contraditória de apropriação de uma prática de caráter político oriunda de um outro contexto que o item lexical panelheiro, dentro da conjuntura política brasileira, passa a ser parafraseado por: burguês, neo-liberal, militante de direita, “cozinha”, desde o lugar social das forças populares.

A Construção Discursiva do Imaginário de Panelheiro no Discurso da Imprensa Paralela Brasileira: um lugar de enunciação atravessado por um lugar social

Com base em uma retomada das condições históricas de surgimento da prática social e das contingências a partir das quais o item lexical panelheiro produz sentidos distintos, podemos pensar que a opacidade em torno do modo como determinados itens lexicais passam a co-ocorrer com outros em uma relação de substituição-equivalência é que nos possibilita compreender que os discursos ao serem constituídos em torno de práticas sociais empíricas e mutantes “criam lugares”, lugares estes que representam no corpo material da língua os valores simbólicos e os efeitos que as palavras produzem no corpo social.

Assim, uma construção discursiva pode ser compreendida como um espaço de produção de novos sentidos que se gestam a partir de conjuntos de interesses políticos, de lugares sócio-históricos a partir dos quais os sujeitos se reconhecem e a partir dos lugares enunciativos que ocupam. É este jogo de relações contraditórias, portanto, que suspende o trabalho descritivo do linguista, torna-se demiurgo do modo de produção dos sentidos e requer um trabalho de interpretação.

Nas circunstâncias dos enunciados que constituem a matéria¹⁴ “As Malas de Dinheiro São o Melhor Retrato Que os Paneleiros Deram ao Brasil” tomaremos como *corpora* alguns recortes que colocam em destaque, frente aos acontecimentos, construções relativas e relações parafrásicas de substituição-equivalência a fim de caracterizar como as correferências lexicais são sustentadas no discurso da imprensa paralela.

Tomemos a matéria “As Malas de Dinheiro São o Melhor Retrato Que os Paneleiros Deram ao Brasil”

A revelação bunker de Geddel Vieira Lima com mais de 51 milhões é o retrato da **quadrilha**¹⁵ que os **paneleiros** colocaram no poder. Simples assim: entregaram o orçamento da República a quem costuma guardar ou carregar malas de dinheiro. A **turma que vestiu camisa amarela e foi para a rua protestar** não se rende fácil – “existem situações em que até os idiotas perdem a modéstia” disse o genial Nelson Rodrigues.

Foi só mostrar a foto que melhor define a **quadrilha** para alguns reagirem: mas Geddel foi também ministro de Lula. Um tempão.

Sim, ele foi **ministro de Lula** e vice-presidente da Caixa Econômica Federal no governo Dilma, como foi **líder do governo Fernando Henrique Cardoso** e era um dos **anões do orçamento** no governo de Fernando Collor e de Itamar Franco.

Em outras palavras: ele e sua turma sempre estiveram por aí fazendo a mesma coisa: roubando [...].

O que aconteceu em 2016, com a ajuda de quem foi para a rua protestar contra a corrupção é que **os ladrões dos cofres públicos**

¹⁴ Matéria publicada por Joaquim Carvalho no jornal on line “Diário do Centro do Mundo” em 08.09.2017.

¹⁵ Os grifos são nossos. Buscamos configurar as correferencialidades e atributos conferidos aos sujeitos que são tematizados pela matéria.

deixaram de ser coadjuvantes dos governos, passaram a ser os atores principais.

Em agosto de 2015, enquanto os brasileiros faziam a dancinha do impeachment, Geddel estava lá, com sua camisa de tom amarelo, entrevistado sobre o que pretendia com os protestos: – Por que o senhor está aqui – pergunta o repórter?

-Ninguém agüenta mais tanto roubo, isso é um roubo, é um assalto aos cofres públicos para enriquecer os petistas.

Na avenida, ao mesmo tempo em que Geddel cerrava os pulsos e levantava os braços num gesto de força e vitória, outros se exibiam na dancinha de impeachment: “Seja Patriota/Vem lutar por sua nação/Patriota verdadeiro/Vem para a manifestação [...]”.

Hoje, as malas de dinheiro de quem recebeu o governo das mãos desses “patriotas” aparecem em rede nacional [...].

Bater panela não era contra a corrupção, **era por ódio, vingança, inconformismo** com a derrota eleitoral de 2014.¹⁶

Propomos colocar em jogo, a partir desta matéria, como se produzem as relações de correferencialidade ou parafrásticas dos itens lexicais paneleiros, quadrilha, patriotas, com vistas a possibilitar um entendimento de que é nos limiares de uma lógica descritiva, dentro da qual são “aprisionados” os valores semânticos das palavras às estruturas, aos dicionários e glossários que podemos compreender o funcionamento discursivo das relações parafrásticas.

Vejamos, inicialmente, como os dicionários definem o item lexical quadrilha.

O dicionário Novo Aurélio: Sec. XXI (1999, p. 1673), por exemplo, ao definir o item lexical quadrilha como

[...] 2. Bando de ladrões, assaltantes ou malfeitores 3. Contradança de salão de origem francesa, muito em voga no sec. XIX e de caráter alegre e movimentado, no qual tomam parte diversos pares e, apresentando no final do verbete a correferência. [...] 6. (pop.) Súcia, corja.

¹⁶ Faz-se necessário ressaltar que a matéria publicada circulou também em outros canais de imprensa paralela como forma de estabelecer “contrapontos” em relação aos órgãos que representam os interesses de instituições hegemônicas e de tendências neo-liberais.

sendo dado pelo uso popular, não possibilita compreender as possíveis relações de substituição-equivalência atribuídas a quadrilha no contexto político brasileiro.

Se nos reportarmos, no entanto, aos acontecimentos dos flagrantes de malas de dinheiro apreendidas pela Polícia Federal nas mãos de deputados e membros do governo atual (Geddel Vieira Lima, Rodrigo Rocha Louris.) podemos estabelecer relações de correferência entre **políticos** e **deputados** com * quadrilha * corja * malfeitores, configurando a construção de um imaginário social de político a partir das práticas de roubo do erário público por membros do governo.

Não se trata, contudo, segundo a matéria, de quaisquer políticos, mas daqueles “**que os paineleiros colocaram no poder**” Esta construção relativa, ao funcionar como uma construção transversa (relação de encaixe-articulação) que não somente remete aos acontecimentos de mobilização do Movimento “Brasil Livre” e ao impeachment de Dilma Roussef, nos cobra também uma definição de paineleiro que não consta nos dicionários, por se tratar de um neologismo, instituído como um significante cujos valores simbólicos remetem, diante dos acontecimentos, às práticas sociais nos domínios da esfera política no Brasil. Quais são, então, as possibilidades de determinar os sentidos de paineleiro a partir dos acontecimentos?

Parece-nos que a resposta a esta pergunta é que nos permite acessar as possíveis relações de equivalência-substituição de paineleiros. Reportando-nos, então, novamente às práticas de mobilização do “Movimento Brasil Livre”, podemos estabelecer, inicialmente, correferências entre paineleiros com: a) representantes dos interesses neo-liberais, b) classes sociais dominantes, c) políticos do PSDB e do PMDB, de modo contraditório aos valores semânticos que o item lexical adquire no contexto sócio-político dos regimes neo-liberais na Argentina... Desta forma, o item lexical paineleiro, ao ser (re)significado para semantizar as práticas políticas no Brasil institui novos sentidos que remetem a referentes inexistentes na prática política portenha.

Observemos, a título de ilustração, que é através dos atributos conferidos ao item lexical **turma**, os quais se articulam a substituições lexicais, tais como na construção relativa “A turma **que vestiu verde amarelo** e (que) **foi para a rua protestar** não se rende fácil” que se pode identifi-

car novas relações de parafrase, as quais configuram a identidade dos paneiros.

Na continuidade do enunciado, o enunciador-jornalista, assumindo sua própria definição de paneiro frente aos acontecimentos, articula à construção discursiva um novo encaixe, através de uma citação de Nelson Gonçalves: “existem situações em que até os **idiotas** perdem a modéstia”, disse o genial Nelson Gonçalves,” onde um paneiro passa a co-ocorrer com idiota. Mas não se tratam de quaisquer idiotas e sim daqueles que não se rendem nem diante dos fatos.

Deste modo, através das co-ocorrências, o item lexical paneiro pode ser substituído na matéria por: representantes do movimento “Brasil Livre”, militantes de Partidos de centro e neo-liberais, sujeitos que vestem verde e amarelo, que protestam nas ruas e também por idiotas que não se rendem frente aos fatos.

Com relação ao item lexical patriota, se buscarmos no dicionário *Novo Aurélio: sec. XXI* (1999, p. 1515) patriota, ao ser definido como “Pessoa que ama a pátria e procura servi-la” co-ocorre com 2. “compatriota, patrício” 3. Partidário da revolução pernambucana de 1817 e/ou da de 1824.” em que houve uma revolta dos oficiais pernambucanos sob o jugo da coroa portuguesa, buscando emancipação econômica e cultural.¹⁷ Já no *Dicionário sinônimos e antônimos/Instituto Antonio Houaiss* (2011) este item lexical co-corre com “1. Compatriota, 2. Nacionalista: civilista” em que nacionalista é aquele que tem amor à pátria e “espírito cívico”.

Na matéria em análise, por outro lado, o item lexical patriota, ao estar inscrito na melodia que acompanha o impeachment “**Seja Patriota/Vem lutar por sua nação/Patriota verdadeiro/Vem para a manifestação [...]**” nos remete àqueles que foram às ruas de verde-amarelo, aos integrantes do Movimento Brasil Livre, aos que realizaram manifestações públicas a favor do impeachment, aos políticos de centro, e, aos que não se rendem mesmo diante dos fatos. Deste modo, sob condições históricas e enunciativas específicas, podemos, por fim, configurar uma relação de sinonímia-paráfrase entre paneiros e patriotas, de modo que o emprego das aspas no enunciado “*Hoje as malas de dinheiro de*

¹⁷ É importante salientar a escolha de elementos simbólicos adotados pelos soldados para libertar-se da influência europeia, como o uso do aguardente ao invés do vinho, nas cerimônias religiosas, e da elaboração da hóstia com mandioca ao invés de trigo.

quem recebeu o governo desses “patriotas” aparecem em rede nacional e não se ouve um ruído” funciona para marcar uma divisão de lugares enunciativos e de posições políticas dentro do quadro de escândalos de corrupção e de desigualdade social e econômica vigente no Brasil. Assim, paneleiros e patriotas podem remeter às mesmas posições em um contexto histórico-discursivo de divisão entre aqueles que seriam considerados não-patriotas e aqueles que são representantes das forças políticas hegemônicas no Brasil e que colocaram no poder de Estado o governo Temer e os que lesam o erário público.

Algumas considerações finais

Este estudo propôs uma reflexão em torno de questões que estão implicadas no tratamento da argumentação: a) sob enfoques linguístico e pragmático, em que os operadores argumentativos e o contexto social imediato assumem lugares centrais para determinar os mecanismos de significação; b) sob um enfoque discursivo, a partir do qual as condições históricas de produção dos discursos e as contingências em que estes são enunciados determinam os modos como os sentidos funcionam. Buscando configurar, de modo específico, como se produz a construção discursiva do imaginário social de paneleiro no Brasil, reportamo-nos à prática social de bater panelas no contexto sócio-político argentino, para, a seguir, analisar uma matéria publicada na imprensa paralela, no Brasil, em que as práticas sociais são tematizadas e significadas. Os resultados até agora obtidos por este estudo apontam para um trabalho de determinação dos sentidos a partir de contrapontos entre as substituições lexicais, as construções relativas e seus modos de determinação semântica, tomados a partir dos acontecimentos que discursivizam as práticas sociais e lhes conferem determinados atributos, ausentes na descrição lexicográfica dos dicionários, apontando, deste modo, para o fato de que a mera descrição linguística não é capaz de dar conta fluidez orgânica da língua que, tomada nos domínios da práxis, funcionando discursivamente, não somente institui novos sentidos mas sinaliza para as relações de transformação dos espaços de luta sócio-políticas.

Periódicos Consultados

DIARIO DO CENTRO DO MUNDO. Disponível em:
www.diariodocentrodomundo.com.br. Acesso em: 23 fev. 2018.
 JORNAL SUL 21. Site. Disponível em: <http://sul21.com.br>. Acesso em: 1 mar. 2018.

Referências

- Althusser, L. (1999). *Sobre a reprodução* (G. J. F. Teixeira, Trad.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Bakhtin, M. (2013). *A cultura popular na idade média e no renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec.
- Bakhtin, M. / Volochinov, V. (1986). *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (M. Lahud et al., Trad.). São Paulo: Hucitec.
- Ducrot, O. (1977). *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer* (C. Vogt et al., Trad.). São Paulo: Cultrix.
- _____. (1987). Esboço de uma teoria polifônica da argumentação. In *O dizer e o dito* (pp. 161-218). Campinas: Pontes.
- _____. (1988). *Polifonia y argumentación: conferencias del seminario teoria de la argumentación y analisis del discurso* (B. Campo & E. Rodriguez, Trad.). Cali: Universidad del Valle.
- _____. (2002). Topoi e formas tópicas. In Zandwais, A. (Org.). *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação* (pp. 10-21, E. N. Ortiz, Trad.). Porto Alegre: Sagra-Luz-zatto.
- Grice, P. (1982). Lógica e conversação. In Dascal, M. (Org.). *Pragmática: Problemas, críticas, perspectivas da Linguística* (pp. 81-103, J. W. Geraldi, Trad.). Campinas: IEL.
- Lenine, V. I. (1986). O que fazer? In *Obras escolhidas* (pp. 81-214). São Paulo: Ed. Alfa-Ômega.
- Parret, H. (1988). *Enunciação e pragmática* (E. P. Orlandi et al., Trad.). Campinas: Ed. Unicamp.
- Pêcheux, M. (1988). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (E. P. Orlandi et al., Trad.). Campinas: Ed. Unicamp.
- _____. (1990). *Discurso. Estrutura ou acontecimento* (E. P. Orlandi et al., Trad.). Campinas: Pontes.
- _____. (1999). Papel da memória. In P. Achard et al. (Org.). Campinas: Pontes.
- Voloshinov, V. N. (2010). *Marxisme et philosophie du langage. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage* (I. T. Ageeva & P. Sériot, Trad.). Limoges: Ed. Lambert-Lucas.
- Zandwais, A. (2002). As noções de aceitabilidade/justificabilidade na descrição do funcionamento argumentativo da linguagem. *Organon*, 16, 49-60.
- Zoppi-Fontana, M. G. (1999). Lugares de enunciação e discurso. *Leitura*, 23, 15-24.